

Introdução

Adriana Vianna
Flávia Melo
Roberto Efrem Filho¹

Formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas é uma coletânea de pesquisas etnográficas que se voltam a experiências contemporâneas de controle violento de territórios e populações no Brasil. Tais pesquisas envolvem diferentes universos empíricos que, alinhavados nos capítulos deste e-book, ajudam a formar uma imagem crônica dos modos como ilegalismos e oficialidade, crime e Estado se comunicam e perfazem, desafiando abordagens teóricas que pensam essas duplas de termos em relações de oposição ou exterioridade. Não seria exagero dizer que a diversidade, a amplitude e o potencial de articulação das experiências sociais tematizadas pelas etnografias aqui reunidas adicionam novas e instigantes camadas de complexidade à crítica dos fundamentos normativos do Estado-nação, dentre os quais se encontram, com centralidade, os conceitos de território, população e violência legítima.

¹ Adriana Vianna é professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e integra o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal da Associação Brasileira de Antropologia. Flávia Melo é professora do Departamento de Antropologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Amazonas e compõe a Comissão de Direitos Humanos da ABA. Roberto Efrem Filho é professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, além de integrar o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal da ABA.

Quem se propuser a ler este livro assumirá o desafio teórico-metodológico de percorrer a pluralidade de objetos de pesquisa que permite essas camadas de complexidade. Com isso, adentrará desde conflitos em áreas indígenas, conhecendo um modelo de negócio familiar existente nas frentes de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami ou as práticas violentas diante das reocupações de territórios pelos Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul, até as bases raciais e identitárias de campanhas publicitárias governamentais sobre segurança pública em Santa Catarina, “o estado mais seguro do país” e que, no entanto, apresenta índices alarmantes e desproporcionais de homicídios de indígenas. Além disso, a leitura deste livro passará pela convergência temporal entre o aumento expressivo da letalidade policial e a expansão dos territórios ocupados por milícias no Rio de Janeiro; e perseguirá as mais recentes práticas de repressão estatal aos roubos de bancos, que contam com números também alarmantes de assassinatos cometidos por policiais e cujas vítimas são registradas como “assaltantes” ou “suspeitos”. As páginas a seguir ensinam ainda leituras que enfatizam a incidência de gênero e sexualidade nas dinâmicas e na gestão dos conflitos armados, como nos “armamentos de Estado” no Rio de Janeiro.

Antes de estas tão diversas questões ocuparem os capítulos deste e-book, elas preencheram uma manhã e uma tarde de segunda-feira em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais. No dia 22 de julho de 2024, ocorreu o Colóquio “Formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas”, que emprestou nome a este livro. Organizado pelo Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e pela Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia, o Colóquio consistiu numa atividade prévia à 34ª Reunião Brasileira de Antropologia e desdobrou discussões realizadas em momentos anteriores sobre a relevância do conflito armado nos processos de configuração do Estado brasileiro. Seguindo os debates que se deram, em 2019, no Fórum “Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal” e, em 2021, no Colóquio também chamado “Formas do conflito armado no Brasil...”, promovidos pela ABA no 43º e no 45º Encontros Anuais da Anpocs, as duas mesas de 22 de julho

de 2024 aglutinaram pesquisadores e ativistas que refletiram sobre distintos contextos de violência e criminalização. Assim, abordaram operações policiais em favelas, políticas de encarceramento e os diferentes extratos sociais por elas atingidos, ações socioassistenciais de “limpeza” urbana, ações de jagunços em conflitos agrários, cercos a indígenas e quilombolas, expansão do garimpo ilegal etc.

A opção de, em todos esses momentos, manter em diálogo pesquisadores e ativistas de movimentos sociais aponta para determinada compreensão do fazer etnográfico. Levando a sério o pressuposto metodológico de que a etnografia supõe proximidade com as práticas sociais analisadas e com interlocutores de pesquisa, tem-se que etnografias realizadas em contextos de violência e criminalização acabam supondo compromisso com os projetos políticos desses interlocutores, que visam, no limite, à superação das condições de possibilidade da violência, do sofrimento e do medo. Não é raro, inclusive, que pesquisadores implicados em tais pesquisas etnográficas integrem movimentos sociais ou suas assessorias técnicas. E, embora a etnografia responda a um tempo e a uma forma que a diferenciam da política e da mobilização social, fato é que pesquisas etnográficas participam de muitas maneiras dos conflitos sociais a que se dedicam. No mínimo, etnografias significam determinada experiência como merecedora de atenção pública e oferecem uma interpretação relativamente autorizada a seu respeito. Com isso, visibilizam a existência de “conflito” (no caso deste e-book, sobretudo o conflito armado) em realidades em que a própria noção de conflito costuma ser denegada. Como mostram os capítulos a seguir, as marcas étnico-raciais na produção e na gestão do controle de populações e territórios são, por si, expressivas de uma espécie de conflito cuja existência foi reiteradamente sonegada por certa teoria social e certo discurso oficial em nosso país: o conflito racial.

Ao aglutinar as análises empreendidas durante o Colóquio de julho de 2024, esta publicação busca colocá-las em diálogo produtivo, que ultrapassa as usuais divisões temáticas do campo das “violências”. Aqui, etnografias que seriam facilmente entendidas como alusivas a violências

de gênero compartilham preocupações e saídas analíticas com etnografias que versam sobre violências contra indígenas ou sobre a ocupação violenta de favelas por grupos armados. Há nestas páginas, portanto, um esforço comum, que já se desenhava no Colóquio, de movimentar chaves intelectivas, maneiras de conhecer, ler e compreender, entre universos empíricos singulares e descentralizados, mas que se revelam conectados de modos potencialmente inovadores. A oportunidade inicial de perceber tais conexões relacionou-se, em alguma medida, ao sentido de “terra arrasada” que nós, antropólogos, passamos a vivenciar com o recrudescimento da crise democrática e o avanço da extrema-direita no país, em especial a partir das eleições de 2018. Não à toa, o citado Fórum “Desarticulação de direitos, desregulação ambiental e violência estatal” aconteceu no Encontro da Anpocs de 2019, durante o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. No transcurso de nossas reflexões, contudo, as conexões entre tão diversas experiências de controle violento foram se demonstrando mais profundas, de raízes fincadas e capilarizadas, mais densas histórica e geograficamente. De certo modo, podemos inclusive nos indagar quanto e de que modo o contexto de recrudescimento autoritário não segue sendo devedor desses processos de longo prazo que configuram a distribuição da violência em nosso país.

Perceber isto importa para que seja possível deslocar a conclusão simplista de que “a violência está em todo lugar”. De fato, se tomada acriticamente, a abrangência das pesquisas apresentadas neste e-book, desenvolvidas a partir de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Ceará, Roraima e Amazonas, poderia encetar algum efeito de onipresença. Assim, transmitir-se-ia a impressão de que a violência se impõe absoluta, totalizante. Acontece, no entanto, que considerar a violência como uma onipresença é tanto metodologicamente inadequado quanto eticamente injusto, seja porque retroalimenta um senso de terror e, assim, de incapacidade de compreensão e de ausência de perspectivas ou soluções, seja porque leva a obliterar toda a vida que está sendo vivida apesar da violência, em resposta a ela, em sua contrariedade ou a seu despeito. Tendo isto

em conta, a profundidade das conexões acima referidas permite, ao invés de enxergar a violência em tudo, dimensioná-la em seu exercício no tempo. Ou nas cortantes relações entre tempo e espaço que guardam, no conflito armado, parte significativa dos processos de constituição do Estado brasileiro, mas não apenas dele.

É notável que o conjunto de etnografias que compõem este e-book refira-se a práticas de domínio, exploração, extração, extrativismo, expulsão, remoção, perseguição, caça, armamentismo e preservação da tradição. Trata-se de um repertório ancorado em desigualdades sociais e que, num jogo de tempo-espaço, atualiza imagens do passado, noções e memórias do colonialismo, da escravidão e de outras experiências de regimes autoritários tão familiares à história deste país e à sua afirmação como nação, dentre elas a Ditadura Civil-Militar instaurada oficialmente em 1964. Como se sabe, o chamado “pensamento social brasileiro” gastou muita tinta na tentativa de dar conta desse jogo de espaço-tempo, sobremaneira confrontando aquelas que seriam as incompletudes ou as idiossincrasias da nossa modernização. Etnografias dedicadas ao controle violento de territórios e populações potencializam, porém, o acesso analítico a esse jogo espaço-temporal. Dá-se que tais etnografias se defrontam – em proximidade – com os sujeitos cujas encarnações individuais e coletivas atualizam, em ato, no presente histórico, aquelas imagens do passado. Neste gesto de atualização, recria-se o passado vivido para “fazer lembrar” o que foi, de modo a naturalizar o presente, demonstrando o que é. Este costuma ser, afinal, um caminho eficiente para determinar o futuro. No processo, o ato que atualiza já orienta, de antemão, o que deve ser, ensejando um movimento tão normativo quanto pedagógico. O dever ser em questão pretende ensinar algo sobre a história ou sobre quem é possível ser e como é admissível viver. E ironicamente indica que, se permanece sendo preciso ensinar, é porque há quem ameace não aprender, desaprender ou desobedecer.

Considerando esse jogo espaço-temporal, as etnografias aqui reunidas alcançam as relações contemporâneas entre a promoção de violência e as formas de acumulação de recursos econômicos e políticos, notadamente

eleitorais e securitários. Com isso, adentram as contradições e as fragilidades de nossa experiência democrática que, ainda hoje, não conseguiu estabelecer mecanismos eficientes de controle democrático sobre suas forças armadas e suas polícias militares ou civis, assim como não foi capaz de responder suficientemente às mobilizações autoritárias advindas desses agentes públicos armados. Os capítulos deste e-book exprimem que esse histórico quadro de tensão entre agentes públicos armados e a democracia brasileira se agrava com a conformação da segurança pública como uma bandeira eleitoral agregadora de votos e catalisadora da identidade política da extrema-direita contemporânea – uma identidade que, em Santa Catarina, toma a arma e o alegado direito de se armar como elementos de sua “tradição”. Nesse sentido, a segurança é política e economia. Abre-se a um mercado próprio, não raro em coesão (mais ou menos ilegal) com a política e as forças de segurança oficiais. E serve à apropriação ou à ratificação de territórios, em bairros periféricos no Rio de Janeiro ou em zonas rurais no Mato Grosso do Sul, através da forma miliciana.

A profundidade das conexões entre as pesquisas etnográficas alinhavadas neste e-book reforça, ademais, a ruptura analítica com a dicotomia rural-urbano. Isto porque, ao deslindar continuidades e descontinuidades, essas conexões acusam os intensos trânsitos de sujeitos, práticas e mercadorias econômicas e políticas entre dessemelhantes regiões geográficas do país. A mencionada forma miliciana talvez consista num emblema desses trânsitos e do compartilhamento de tecnologias de dominação e controle de territórios e populações. Na milícia, é comum que agentes de Estado e/ou particulares armados engendrem um mercado de proteção privada, de regra com amplo respaldo de outros agentes estatais. Estes, por sua vez, podem ser outros policiais ou ocupantes de cargos da burocracia estatal, inclusive dos mais altos cargos da República, de regra dispostos a aceitar o açoitamento, a tortura e mesmo o assassinato como recursos desejáveis de resolução de conflitos. Foi assim com o homicídio do camponês João Pedro Teixeira, na Paraíba de 1962. Foi assim com o homicídio do guarani-nhandevá Marçal de Souza Tupã-i, no Mato Grosso do Sul de 1983. Foi assim com

o homicídio do seringueiro Chico Mendes, no Acre de 1988. Foi assim com o homicídio da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro de 2018. Tem sido assim, em verdade. Tantas e tantas vezes.

Como se vê, as reflexões etnográficas apresentadas neste e-book acabam por redimensionar o que se entende corriqueiramente por Estado. Ocorre que, conforme notado acima, os conflitos armados em que estas etnografias se concentram destacam disputas territoriais de que participam agentes estatais e não estatais, assim como membros de coletivos criminais e aqueles que deslizam entre essas posições ou que as repactuam e recombina de muitos modos. Em certos momentos, é justo na ambiguidade entre legal e ilegal que certa ideia de Estado se confirma. Isto se dá, por exemplo, quando determinados agentes públicos armados valem-se da oficialidade para gerir o conflito em que atuam rotineiramente, produzindo violência e criminalização contra grupos sociais racializados. Ou quando uma ação ilegal cometida por um agente público armado no exercício regular de suas funções é oficialmente filtrada – nas instâncias judiciais ou interiores à polícia – como uma decorrência inevitável desse ofício realizado em territórios ditos perigosos ou contra pessoas ditas perigosas, ambos também racializados. Ou, enfim, para não nos estendermos, quando a política de segurança pública festejada é a mesma que explicita números flagrantemente desiguais de assassinatos de negros e indígenas, sem que essa disparidade soe sequer como uma incoerência.

Se, como dissemos anteriormente, a leitura deste e-book implica assumir o desafio teórico-metodológico de percorrer a pluralidade de objetos de pesquisa destas etnografias, fato é que esta leitura implica, reciprocamente, uma tomada de posição junto às pesquisadoras e aos pesquisadores que as escreveram: o empenho em fazer da etnografia um compromisso com a superação deste estado de coisas. Trata-se de um compromisso jamais redutível à denúncia ou ao testemunho, por mais relevantes que eles sejam. Em lugar disso, trata-se de acionar o aparato teórico-metodológico que a etnografia proporciona para, em diálogo intenso com os sujeitos que se mobilizam por direitos e justiça nos interstícios do conflito, avançar na

compreensão a respeito das condições de possibilidade da violência, do sofrimento e do medo. Esta possibilidade de compreensão leva em conta a complexidade dos fenômenos sociais analisados ao tempo que entende a premência ético-política de encerrar o que permite a violência, o sofrimento e o medo. Em outras palavras, trata-se do compromisso que atravessa as páginas a seguir.

De pronto, no capítulo intitulado **Violência policial e democracia: a proteção como bem público ou como mercadoria**, Daniel Hirata, Carolina Grillo e Renato Dirk abordam a convergência temporal entre o aumento da letalidade policial e a expansão dos territórios controlados por milícias no Rio de Janeiro. Para tanto, concentram-se na análise de dados, relativos ao período de 2007 até os dias atuais, produzidos pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF), em que atuam; inclusive dados do “Mapa Histórico dos Grupos Armados”, resultantes de parceria do GENI-UFF com o Instituto Fogo Cruzado. Além disso, os pesquisadores dedicam atenção às denúncias apresentadas à Justiça pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio de Janeiro (GAECO/MPRJ). Assim, propõem-se a enfrentar os modos como a ausência de mecanismos democráticos de controle da atividade policial permite a multiplicação do que chamam de “autoritarismo real”, que tem na polícia o seu nó articulador e afeta tanto as operações policiais – com o aumento vertiginoso das chacinas em favelas – quanto os empreendidos econômicos e político-eleitorais dos grupos milicianos. Os pesquisadores buscam, portanto, localizar a violência policial em sua tensa relação com a democracia brasileira, destacando que a preocupação com essa tensão esteve consistentemente presente na história das nossas ciências sociais.

Já no capítulo **“O estado mais seguro do Brasil”: notas etnográficas sobre conflitos, direitos e segurança pública em Santa Catarina**, Flávia Medeiros Santos perscruta inicialmente uma campanha publicitária premiada sobre segurança pública promovida pelo governo estadual de Santa Catarina, “O estado mais seguro do Brasil”. De acordo com a pesquisadora,

tal campanha – lida como eficiente, parte do tipo de “civilização” que a “influência europeia” teria legado ao estado – é marcada por processos de racialização que supõem a branquitude e valores relacionados à propriedade e à sua possibilidade de defesa armada como fundantes da identidade local. É assim que os parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovaram, em 2022, uma legislação estadual que cria a “rota turística do tiro”. Esta emerge narrativamente como uma decorrência de uma tradição santacatarinense que remontaria à chegada dos colonos alemães à região ainda no século XIX. Com isso em vista, Flávia Medeiros Santos analisa o esforço de localização do tiro como uma “prática familiar”, o que termina por legitimar e incentivar uma política armamentista ancorada na “tradição”. Os perigos à democracia aí embutidos se expressam, por exemplo, como a pesquisadora indica, na sobrerrepresentação de células nazistas em Santa Catarina, que concentra um quarto das células identificadas pelos órgãos oficiais em todo o país.

Jania Perla Diógenes e Aquino, no capítulo chamado **Violências e práticas de extermínios na execução e na repressão aos assaltos contra bancos**, debruça-se sobre notícias jornalísticas e narrativas de policiais e delegados de polícia, também veiculadas na imprensa, para analisar as práticas violentas perpetradas pelas quadrilhas de assaltantes, sobremaneira em pequenas cidades, assim como as perseguições policiais às quadrilhas. De acordo com a pesquisadora, os agentes policiais costumam performar um “triunfalismo bélico” durante as “caçadas” aos “bandidos”. Triunfantes, esses agentes de Estado produzem números muito desproporcionais de mortes de supostos “assaltantes” e “suspeitos”. No capítulo, Jania Aquino percorre a trajetória da resposta estatal aos grandes assaltos no país, iniciada a partir da década de 1960 com a reação da Ditadura Civil-Militar aos assaltos a bancos procedidos por militantes políticos de esquerda que se opunham ao regime. Desde então, as dinâmicas dos assaltos sofreram mudanças relevantes, tornando-se mais “truculentas” e “ruidosas”, num contexto em que o emprego da tecnologia criou maiores óbices ao acesso a agências, caixas e cofres bancários. É também nesse contexto que a

resposta estatal violenta recrudesce, com o aumento vertiginoso das mortes de “assaltantes”, de regra tratadas como mera contingência da atividade policial regular.

No capítulo **Uma guerra sem fim nas fronteiras guarani: conflitos armados e resistências entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul**, Aline Castilho Crespe e Lauriene Seraguza associam o avanço da extrema-direita no país, especialmente a partir do golpe de 2016, com a consolidação do que chamam de “guerra sem fim”, o acirramento do conflito armado que passa a marcar o cotidiano dos Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul. No capítulo, as antropólogas abordam essa guerra como um quarto momento emblemático do conflito envolvendo agentes do Estado brasileiro, proprietários de terras e indígenas expulsos de seus territórios sobretudo durante o século XX. Assim, a guerra sem fim teria sucedido, em ordem cronológica, a remoção violenta dos indígenas para as reservas criadas pelo Serviço de Proteção do Índio, na primeira metade do século passado; as reações armadas às reocupações de territórios pelos indígenas, iniciadas na década de 1970; e as reações também armadas à assinatura, em 2007, de um acordo entre representantes da FUNAI, do MPF e das comunidades indígenas com vistas à demarcação de outros territórios. A catalização das retomadas e a ausência crescente, com o golpe de 2016, de resposta estatal adequada lastrearam então a “guerra sem fim”, protagonizada com violência pelos proprietários de terras e suas representações no Estado.

Por sua vez, Rodrigo Pereira Chagas, no capítulo intitulado **Um negócio familiar: nexos entre a garimpagem ilegal e o mercado do sexo na Terra Indígena Yanomami**, volta-se à configuração social de um modelo de negócio familiar que atuou nas frentes de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) em 2022. Para tanto, vale-se do diálogo com duas interlocutoras de pesquisa, mulheres de Roraima que migraram temporariamente para a TIY com o objetivo de atuar na prostituição. Reconhecendo os garimpos como marcados notadamente pela presença de homens e, além disso, a participação de coletivos criminais – inclusive as facções – nas frentes

de garimpo ilegal, o pesquisador busca situar a exploração da prostituição no contexto da exploração do ouro.

No capítulo **“Grão-Pará rasgando tudo”: notas sobre violência colonial e invasão de territórios e corpos**, Monique Cruz e Juliana Farias nos incitam a percorrer os rasgos coloniais que marcam a longo prazo a constituição colonial do Brasil. Para tanto, embaralham, com rigor teórico, momentos e espaços em que a extração de recursos para o “progresso” e para a acumulação é indissociável das gramáticas e das práticas de violência generificada e racializada. A produção da natureza a ser explorada não pode ser separada, como as pesquisadoras mostram, de um repertório político, econômico e bélico atravessado por imagens de penetração, fecundação, virgindade e humilhação. O texto nos lembra, assim, outro ponto crucial de nossas discussões coletivas no Colóquio que deu origem à atual coletânea: que não há violência incorpórea ou improdutiva. Os raios de destruição deixados por projetos coloniais são as bases por sobre as quais se estrutura o Estado-nação, incluindo-se aí os desejos racializados que compõem sua mítica.

Longe de oferecer um quadro plano e preciso do conflito armado, portanto, o que os diálogos trazidos pelas autoras e pelos autores dos capítulos nos oferecem é a chance de refletir de modo denso sobre a centralidade das dinâmicas de violência na sociedade brasileira. Esperamos que sua leitura desperte ainda mais inquietações em todos e todas nós, para que novas perguntas de pesquisa possam ser agregadas aos debates aqui ensejados.